

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

RESUMO EXPANDIDO

ANÁLISE DE DADOS SOBRE SÍNDROME DE BURNOUT, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO/RJ

Bruna da Penha de Mendonça Coelho¹

Gabriele Fernandes da Silva²

RESUMO:

Este estudo objetivou analisar a correlação entre a precarização do trabalho e o potencial aumento dos casos da Síndrome de Burnout no município do Rio de Janeiro, avaliando o contexto das políticas públicas voltadas para a saúde mental e as condições laborais. A Síndrome de Burnout, um fenômeno ocupacional resultante de estresse crônico, é contextualizada como agravada por ocupações precárias, marcadas por instabilidade, baixos salários e intensa pressão por produtividade. A metodologia empregada consistiu na importação e análise de dados sobre morbidades em atendimentos ambulatoriais no estado do Rio de Janeiro, provenientes do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS) via plataforma TabNet Win32 3.1. Os dados foram organizados e processados em uma planilha com colunas de Etnia, Gênero (binário), Faixa Etária, Período (ano) e Quantidade de casos. As análises foram realizadas por meio de agrupamentos e agregações, incluindo a distribuição dos casos por gênero, a análise interseccional de gênero e etnia, a distribuição temporal e a distribuição por faixa etária, visando garantir a reprodutibilidade dos passos descritos. Os principais resultados revelaram uma incidência significativamente maior de casos de Síndrome de Burnout em mulheres (142 casos) em comparação com homens (46 casos). A análise interseccional destacou uma maior frequência de casos entre mulheres pardas e brancas, e, para os homens, entre brancos e pardos. Observou-se uma tendência de aumento dos casos ao longo dos anos, com picos em 2017 e 2023, sendo este último período com um aumento perceptível para ambos os gêneros, possivelmente relacionado aos impactos da pandemia de COVID-19. Em termos de faixa etária, mulheres entre 45 e 54 anos apresentaram a maior incidência, enquanto para os homens, a maior concentração se deu nas faixas de 25 a 54 anos. Concluiu-se que a precarização do trabalho, impulsionada pela flexibilização neoliberal, é um fator determinante para o aumento dos casos de Burnout, afetando de forma mais intensa grupos historicamente vulneráveis, como as mulheres e a população negra. A pesquisa reforça a urgência da implementação de políticas públicas integradas, como a ampliação de programas de saúde ocupacional, a regulamentação do trabalho em

¹ Doutora em Direito (2023) e em Sociologia (2023) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: brunapmcoelho@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1876206005014598>.

² Graduanda em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: ghabyf159@gmail.com. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1534320701109680>

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

plataformas digitais e a criação de mecanismos de fiscalização, visando mitigar os efeitos da precariedade e garantir a proteção e o bem-estar dos trabalhadores.

Palavras-chave: Síndrome de Burnout. Precarização. Políticas públicas.

DESTAQUES:

- Disparidade de gênero: Incidência maior de Burnout em mulheres (142 casos), indicando a influência da dupla jornada e desigualdades laborais;
- Implicações políticas: Ausência de políticas específicas para Burnout, sugerindo a urgência de programas integrados de saúde ocupacional e fiscalização;

DESENVOLVIMENTO

O presente estudo se estrutura a partir das consequências da reconfiguração das relações de trabalho no contexto socioeconômico brasileiro, escolhendo o município do Rio de Janeiro como palco para uma análise empírica e teórica aprofundada. O problema de pesquisa central reside na investigação da correlação entre a intensificação da precarização do trabalho e o subsequente aumento dos casos diagnosticados da Síndrome de Burnout entre os trabalhadores cariocas. Paralelamente, a pesquisa se dedica a avaliar a eficácia e a existência de políticas públicas municipais direcionadas à proteção da saúde mental e à garantia de condições laborais dignas.

O arcabouço teórico-conceitual reconhece a Síndrome de Burnout, classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) na CID-11 como um fenômeno ocupacional, ou seja, um sintoma do estresse crônico e das adversidades presentes no ambiente de trabalho. A precarização, caracterizada por baixos salários, instabilidade, desregulamentação e cobrança excessiva por produtividade, emerge como o fator crucial para o desenvolvimento e o crescimento da incidência dessa síndrome.

Os objetivos específicos que guiam a investigação desdobram-se em dois eixos principais: (i) identificar, por meio da análise de dados de saúde pública, uma correlação estatística e socialmente interpretável entre a precarização das condições laborais e a incidência da Síndrome de Burnout; e (ii) sugerir, a partir dos achados empíricos e da revisão bibliográfica, a estruturação de medidas públicas preventivas e de proteção social

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

e trabalhista. A relevância do estudo justifica-se pela centralidade do debate sobre a saúde mental no contexto laboral contemporâneo. Ao analisar a realidade carioca, um polo de grande concentração da força de trabalho do Sudeste brasileiro, a pesquisa contribui para a formulação de políticas específicas, ancoradas em um contexto socioeconômico particular, capaz de combater um fenômeno que transcende a saúde individual, gerando custos sociais, econômicos e comprometendo a dignidade do trabalho.

O referencial teórico se alinha a uma perspectiva crítica que entende a precarização do trabalho como um desdobramento estrutural do capitalismo contemporâneo e da hegemonia neoliberal. As transformações no mundo do trabalho são, conforme a análise de Marco Aurélio Santana (2005), reflexos da reestruturação produtiva e da globalização que, a partir da década de 1970, impulsionaram a flexibilização das relações laborais. O autor aponta que o discurso de modernização e adaptação ao mercado global mascara um movimento de desregulamentação que intensifica a precarização, culminando na informalidade, subcontratação e na fragilização dos vínculos empregatícios.

A essa análise soma-se a reflexão de Virgínia Fontes (2017) sobre a dinâmica da uberização. Esse fenômeno contemporâneo se caracteriza pela subordinação direta do trabalhador ao capital, sem a intermediação de contratos tradicionais, e é sustentado pela ideologia do empreendedorismo. Fontes (2017) argumenta que, embora prometa autonomia, a uberização intensifica a exploração ao transferir para o trabalhador os custos operacionais e os riscos inerentes à subsistência. Essa forma de organização, aliada à ausência de estabilidade, à imprevisibilidade de renda e à pressão por avaliações positivas, gera elevados níveis de estresse e contribui para uma experiência laboral profundamente alienante e desgastante, impondo um “profundo desgaste psíquico” (Fontes, 2017).

Complementando essa perspectiva, José Dari Krein (2008) fornece o contexto das reformas trabalhistas brasileiras sob a égide do neoliberalismo. Krein (2008) destaca que a agenda neoliberal buscou reduzir a interferência estatal nas relações de trabalho, o que, na prática, resultou na ampliação da insegurança laboral e na hegemonia de um Estado que assume a função de facilitador das relações mercantis, em detrimento de garantidor de direitos (Krein, 2008, p. 319).

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

A tese da expropriação é aprofundada por Fontes (2018), que entende a perda de direitos sociais como parte integrante da lógica de acumulação capitalista. O processo histórico de expropriação dos meios de existência se perpetua em formas contemporâneas, convertendo atividades sociais em capital e retirando dos trabalhadores os direitos conquistados. Essa mercantilização generalizada, que submete todas as esferas da vida ao controle do capital, é crucial para a compreensão do esgotamento emocional dos trabalhadores.

A investigação empregou uma metodologia quantitativa e exploratória baseada na análise de dados secundários de saúde pública. Os dados sobre morbidades nos atendimentos ambulatoriais no estado do Rio de Janeiro foram obtidos do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS), por meio da plataforma TabNet Win32 3.1. O estudo utilizou variáveis-chave como Gênero, Etnia, Faixa Etária, Período (ano) e Quantidade de casos de Síndrome de Burnout, sendo a análise realizada por meio de agrupamentos para identificar padrões de incidência.

A análise dos dados revelou um quadro de profundas disparidades e vulnerabilidades. Em termos de resultados, observou-se que a incidência de Burnout é significativamente maior no grupo feminino (142 casos) em comparação com o masculino (46 casos). A análise interseccional de gênero e etnia demonstrou que mulheres pardas (54 casos) e brancas (44 casos) concentram a maioria dos registros femininos, enquanto nos homens há predominância de casos entre brancos (22 casos) e pardos (14 casos). Um cenário de invisibilidade indígena nos registros de saúde pública também foi notado. Na distribuição temporal, houve um aumento gradual e expressivo dos casos para mulheres, com picos em 2017 e 2023, e um aumento perceptível para homens em 2023, sugerindo o impacto de eventos socioeconômicos como a pandemia de COVID-19. A faixa etária mais afetada se concentrou entre 25 a 54 anos para ambos os gêneros, com as mulheres apresentando maior incidência entre 45 a 54 anos, e os homens entre 25 a 54 anos.

A discussão final, fundamentada na correlação entre os resultados empíricos e o referencial teórico, converge para a tese de que a precarização do trabalho é um fator determinante para o aumento dos casos de Burnout no município. A maior incidência feminina corrobora a literatura que aponta a sobrecarga da dupla jornada e a desigualdade de gênero como fatores de estresse (Santana, 2005). O aumento dos casos após 2021,

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis



Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

período pós-pandêmico, reflete o agravamento da insegurança laboral e das pressões, conforme abordado por Sousa *et al* (2024), Santana (2005) e Fontes (2017). Diante desse contexto, o estudo apontou, com base em buscas no DATASUS e legislações recentes, a insuficiência ou ausência de políticas públicas municipais específicas para Síndrome de Burnout. Em conclusão, a pesquisa ressalta que a superação desse cenário exige a implementação urgente de políticas públicas integradas, focadas na prevenção, como programas de saúde ocupacional, regulamentação do trabalho em plataformas digitais e fiscalização rigorosa das condições laborais, revalorizando as instituições sindicais na defesa dos direitos trabalhistas (Krein, 2008). A reconfiguração estrutural das relações laborais, portanto, é um passo fundamental para garantir a proteção e o bem-estar dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

Fontes, Virgínia. **A transformação dos meios de existência em capital** – Expropriações, mercado e propriedade. In: Boschetti, Ivanete (Org). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo, Cortez Editora, 2018, pp. 17-61.

Fontes, Virgínia. **Capitalismo em tempos de uberização**: Do emprego ao trabalho. Marx e o marxismo, v. 5, n. 8, 2017.

Krein, Dari. Neoliberalismo e reforma trabalhista. Resenha de: Galvão, Andréia. Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2007. **Revista de Sociologia e Política**. 16 (30), 2008.

Mello, Luciana. Reforma trabalhista e desproteção social: Um devir negro do mundo. **Revista da ABET**, v. 19, n. 1, 2020.

Santana, Marco Aurélio. **O mundo do trabalho em mutação**: as reconfigurações e seus impactos. IN: Neutzling, Inácio (ed.). **Cadernos IHU em formação**: a crise da sociedade do trabalho. 5. ed. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, 2005. 86 p.

Sousa, Sarah Vieira Dias.; Cardoso, Carolina Teixeira.; Almeida, Julia de Almeida. Além do Esgotamento: Desvendando o Crescimento do Burnout nas Macrorregiões Brasileiras através de Análises de Série Temporal. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S. l.], v. 6, n. 8, p. 4063–4072, 2024.